



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

### SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007048-22.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **Andre Silva Cavalcante**  
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outros"**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

André Silva Cavalcante moveu ação contra Fazenda do Estado de São Paulo e Fernando Fernandes Candeira. Sustenta que foi proprietário do GM / Kadett descrito na inicial, tendo-o vendido, em 2005, ao estacionamento JS Veículos. O estacionamento, porém, veio a falir, sem que a transferência do automóvel tivesse sido realizada. Ao saber disso, o autor solicitou o bloqueio do automóvel. Em 2007, o autor recebeu um telefonema da empresa Negrão e Furtado Comércio de Veículos, dizendo que estava com o veículo do autor, em cujo nome o bem ainda se encontrava, e que iria vendê-lo, pedindo procuração emitida pelo autor, para tal finalidade. O autor negou-se a outorgar a procuração e solicitou a transferência imediata do bem. Anos depois, em 2013 o autor, sem saber o paradeiro do bem, foi notificado pela fazenda estadual, pois o automóvel ainda está em seu nome, para pagamento do IPVA. Procedendo a uma nova investigação, tomou conhecimento de que o veículo havia sido financiado pelo réu Fernando Fernandes Candeira, sem que, porém, tivesse sido transferido a ele. Em ação judicial que moveu contra Banco Daycoval S/A, Fernando Fernandes Candeira e Negrão e Furtado Rio Preto Comércio de Veículos LTDA, o autor teve sentença favorável. Mas os impostos continuam lançados em seu nome. Por tais fundamentos, pede a anulação de qualquer débito lançado contra o autor, relativo ao veículo, desde 2005, com o cancelamento dos protestos das respectivas CDAs, e, por fim, a transferência das



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

penalidades por infrações transferidas ao réu Fernando Fernandes Candeira.

Liminar negada, pp. 33/34.

Emendada a inicial para incluir o Município de São José do Rio Preto no pólo passivo, vez que penalidades por infrações foram impostas por ele, pp. 44/45.

Contestação da fazenda estadual, pp. 48/59.

O MP declinou de sua intervenção, pp. 80.

Fernando Fernandes Candeira contestou, pp. 98/100, sustentando que não se recorda de ter adquirido o veículo, e provavelmente foi vítima de fraude.

Réplica às pp. 107/111.

Contestação da fazenda municipal de São José do Rio Preto, pp. 122/124.

Réplica às pp. 134/136.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Segundo a prova que instrui a inicial e as alegações trazidas, a parte autora não é contribuinte, mas é responsável pelo IPVA.

A parte autora não comunicou ao órgão de trânsito a alienação. Como mencionado na decisão que indeferiu a liminar, fls. 33/34: "Diz o autor que comunicou a venda ao órgão de trânsito, todavia não instruiu a inicial com prova de tal fato. O documento de fls. 13 não contém qualquer recibo, protocolo ou prova de que foi efetivamente entregue ao órgão de trânsito. E é desmentido pelo de fls. 21, que não indica comunicação alguma".

Na realidade, a única comunicação de venda existente nos autos é aquela oriunda do outro processo judicial, já anotada no registro do veículo conforme fls. 67/71. A comunicação foi emitida em data posterior a 01.01.2015, de modo que o autor somente não é responsável pelo IPVA de 2016 e anos seguintes.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

É certo que a Súm. 585 do STJ dispõe: “a responsabilidade solidária do ex-proprietário, prevista no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro CTB, não abrange o IPVA incidente sobre o veículo automotor, no que se refere ao período posterior à sua alienação”.

Ocorre que essa súmula tem alcance menor do que o aparente. Com efeito, o seu objeto é muito específico: a responsabilidade solidária do ex-proprietário, prevista no art. 134 do CTB. Trata-se de enunciado que consolida uma orientação pretoriana a propósito da exegese de um específico dispositivo legal.

E, de fato, não há como se discordar do seu teor, porque o art. 134 do CTB claramente não está tratando do IPVA, já que se refere apenas às “penalidades”.

Ademais, como o IPVA é imposto estadual, o legislador federal sequer teria competência para impor a responsabilidade solidária em questão, também ao ex-proprietário. Teria-a tão-só para as normas gerais pertinentes, nos termos do art. 146, III da CF.

Sendo assim, nenhum Estado da Federação estaria autorizado a lançar ou manter o lançamento contra o alienante que não fez a comunicação, com fundamento no art. 134 do CTB. Essa a importância prática da súmula. Todavia, pode fazê-lo o Estado de São Paulo, com base na legislação tributária a ele aplicável.

Realmente, o art. 128 do CTN – que foi recepcionado com o status de lei complementar para os fins do art. 146, III da CF - autoriza a lei (do ente tributante) a atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, desde que vinculada ao fato gerador da obrigação.

Ora, no Estado de São Paulo, o art. 4º, III da Lei nº 6.608/89 e o art. 6º, II da Lei nº 13.296/08 atribuem de modo expresso a responsabilidade tributária pelo IPVA ao alienante de veículo que não comunica a venda ao órgão de trânsito no prazo de 30 dias.

O alienante é vinculado ao fato gerador - ainda que não o pratique - pois é o proprietário anterior. E a previsão legal justifica-se por conta do descumprimento de obrigação



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

acessória - comunicar o órgão de trânsito a respeito da venda - inviabilizador e/ou dificultador de se lançar o tributo contra o atual proprietário. A responsabilização da lei local tem suporte no art. 128 do CTN.

Cabe notar que o próprio STJ já advertiu que sua jurisprudência não diz respeito à legislação tributária, inclusive local, e sim apenas à exegese do art. 134 do CTB. Confira-se:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. IPVA. RESPONSABILIDADE DO VENDEDOR DO VEÍCULO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. ACÓRDÃO RECORRIDO. FUNDAMENTAÇÃO EM LEI ESTADUAL. SÚMULA 280/STF.

1. Não se conhece da insurgência contra a ofensa ao art. 134 do CTB, pois o referido dispositivo legal não foi analisado pela instância de origem. Dessa forma, não se pode alegar que houve presquestionamento da questão, nem ao menos implicitamente.

2. Ausente, portanto, o indispensável requisito do prequestionamento, o que atrai, por analogia, o óbice da Súmula 282/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

3. O Tribunal bandeirante consignou: "Ademais, é relevante consignar que o ônus de comunicação da alienação de bem móvel, à Administração Pública, também é do respectivo alienante, para fins de atualização cadastral, sob pena de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

responsabilização, solidária, com relação às obrigações de natureza tributária, nos termos dos artigos 4o, inciso III, da Lei Estadual nº 6.606/89 e 6o, inciso II e § 2o, da Lei Estadual nº 13.296/08".

4. Ainda que se considere o art. 134 do CTB prequestionado, o que não aconteceu, a jurisprudência do STJ é no sentido de que, embora o dispositivo atribua ao antigo proprietário a responsabilidade de comunicar ao órgão executivo de trânsito a transferência do veículo, sob pena de ter que arcar solidariamente com as penalidades impostas, a referida disposição legal somente incide nas infrações de trânsito, não se aplicando a débitos tributários relativos ao não pagamento de IPVA, por não serem relacionados a violação às regras de trânsito.

5. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1603507/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, 2ªT, j. 02/08/2016)

Nesse cenário, resulta legítimo o lançamento até o IPVA de 2015; depois, não.

Solução distinta se impõe em relação às infrações de trânsito lavradas pelo Município de São José do Rio Preto.

Com efeito, está satisfatoriamente comprovada a alienação do veículo em data anterior a das referidas autuações, valendo mencionar que, conforme fls. 125 e fls. 129, uma das autuações inclusive se deu com a informação, durante a lavratura do auto, do seu condutor, precisamente o réu Fernando Fernandes Candeira.

É o bastante para que seja afastada a responsabilidade do autor.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

É que a regra do art. 134 do CTB, segundo a qual o alienante que não comunica a transferência da propriedade ao órgão executivo de trânsito torna-se solidariamente responsável pelas penalidades de trânsito, tem alcance mitigado pelo STJ, em jurisprudência pacífica, segundo a qual "inexiste a responsabilidade do antigo proprietário pelas infrações cometidas em momento posterior à tradição do bem" (AgRg no AREsp 452.332/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, 2ªT, j. 18/03/2014).

No mesmo sentido: AgRg no AREsp 347.337/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, 1ªT, j. 12/11/2013; AgRg no REsp 1378941/PR, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, 1ªT, j. 17/09/2013; AgRg nos EDcl no AREsp 299.103/RS, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, 2ªT, j. 20/08/2013; AgRg no REsp 1323441/RJ, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, 2ªT, j. 21/08/2012; REsp 965.847/PR, Rel. Min. ELIANA CALMON, 2ªT, j. 04/03/2008.

O pedido, porém, é de parcial acolhimento, apenas para que sejam afastadas as penalidades perante o autor, não cabendo a determinação de transferência para Fernando Fernandes Candeira, vez que o autor não tem direito de exigir essa providência.

Com efeito, o único direito do autor, relativo à proteção de sua esfera jurídica, é pertinente ao afastamento de sua responsabilidade, sendo juridicamente irrelevante, para si, quem as sofrerá em seu lugar, se é que isso vai acontecer.

Por fim, no que tange ao réu Fernando Fernandes Candeira, cabe dizer que não prospera a preliminar de coisa julgada, pois o outro processo tinha causa de pedir e objeto distintos.

Também não prospera a sua argumentação, vertida em contestação, quanto ao mérito, seja porque, como bem exposto pelo autor em réplica (fls. 108), o seu problema de saúde foi bem posterior à data em que citado no outro processo judicial e no qual não contestou, seja porque, como se vê às fls. 125 e 128, ele estava inclusive na condução do veículo automotor, em 07/12/2007, quando praticada uma das infrações, não havendo qualquer indício de fraude.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A conclusão acima é relevante apenas no que diz com a atribuição da responsabilidade pelas verbas sucumbenciais – assujeitadas, porém, à AJG -, vez que implicam dizer que o réu (também) deu causa à propositura dessa ação.

Mas não tem relevância no que tange ao julgamento propriamente dito, porque os fatos pertinente ao presente feito dizem respeito às condições necessárias para se responsabilizar o autor, não às condições necessárias para se responsabilizar esse réu em seu lugar.

Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a ação para (a) declarar a inexigibilidade, perante o autor, do IPVA relativo ao GM / Kadett objeto dos autos, a partir do de 2016, inclusive (b) anular todas as penalidades que tenham sido lançadas pelo Município de São José do Rio Preto contra o autor, por infração de trânsito relativa ao mesmo veículo.

Tendo em vista a sucumbência parcial e a proporção em que se efetivou (a) condeno o autor em honorários arbitrados em R\$ 300,00 para cada réu, observada a AJG (b) condeno o Estado de São Paulo em honorários arbitrados, por equidade, em R\$ 300,00 (c) condeno o Município de São José do Rio Preto em honorários arbitrados, por equidade, em R\$ 300,00 (d) condeno o réu Fernando Fernandes Candeira em honorários arbitrados, por equidade, em R\$ 300,00, observada a AJG.

P.I.

São Carlos, 11 de abril de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**